

A LUTA POR RECONHECIMENTO COMO PROCESSO EDUCATIVO: PAISAGEM, EDUCAÇÃO AMBIENTAL, EDUCAÇÃO SOCIAL

Francisco Del Moral Hernandez

Faculdade de Tecnologia de Jundiaí (SP) - Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
prof.francisco@fatec.sp.gov.br

Resumo

Nos processos institucionalizados para autorizações ambientais e de tomada de decisão, além da necessidade de publicização de questões de interesse da sociedade, aparecem com protagonismo grupos sociais que se posicionam diante de novos projetos. Surge a necessidade do reconhecimento público das entidades, grupos ou movimentos sociais que se posicionam a favor ou contra algum projeto e que tem pouco espaço no processo de tomada de decisão. Aluta por reconhecimento é um processo educativo ampliado promotor de discussões sobre a construção da paisagem, aspectos ligados à educação ambiental como força integrante da educação social. Duas experiências são relatadas – a organização do Movimento dos Atingidos por Barragens e a formação do Painel de Especialistas.

Palavras-chave

Educação Ambiental, Educação Social, Ecologia da Paisagem, Participação democrática

Abstract

Within institutionalized processes for environmental licensing and decision-making processes, in addition to the need of the public interest issues arising from society appear with prominence social groups which stand in front of new projects and ventures. There is little public recognition of groups that have proposals and positions antagonistic to large enterprises comprising the environmental licensing process and weakly take part in the decision-making process. This struggle for recognition is an educational extended process able to enhance discussions about the social construction of landscape, aspects of environmental education as part of social education. Two environmental-related experiences are shortly described – the Dam Affected People Movement and the formation of the Panel of Experts.

Keywords

Environmental Education, Social Education, Landscape Ecology, Democratic participation

1. Introdução

Se há a intenção de falar algo sobre saber empírico e saber tradicional na educação social, devemos ter a humildade de tentar nos colocar em perspectiva sobre um e sobre outro no sentido que ao nos movimentarmos de uma posição para outra ou nos espaços entre as duas tentarmos entender como cada qual modifica a maneira de pensar que tenho hoje, tive ontem, posso ter amanhã. Isto se aplica às indagações sobre a paisagem, como se constrói socialmente e como cada indivíduo ou grupo social tem condições ou desejo de reconhecimento da paisagem. Tal reconhecimento é algo muito importante, por exemplo, nos processos de licenciamento ambiental, processos nos quais em algum momento se outorga ou autoriza um determinado empreendimento ou instalação. A sociedade, em termo amplo, aparece para ser consultada sobre novos empreendimentos que podem ser uma rodovia, um condomínio residencial, um shopping center, uma hidrelétrica, um empreendimento de mineração, uma linha de transmissão, um aterro sanitário. Comumente a sociedade em audiências públicas, evento obrigatório por lei nesses procedimentos é convidada a participar, se inteirar.

Dentro destes processos institucionalizados, além da necessidade do surgimento público de questões de interesse da sociedade e grupos locais, sempre vem à tona a necessidade do reconhecimento público e institucional das próprias entidades que e de grupos ou movimentos social menos ou mais organizados que se posicionam. Parte-se do pressuposto de que há pouco reconhecimento público das entidades que têm propostas e posicionamentos antagônicos a grandes empreendimentos que se apresentam no processo de autorização ambiental e menos ainda tomam parte nos processos de decisão.

Assim as ações ou posicionamentos da sociedade, de grupos sociais organizados e desorganizados estariam, primeiramente, motivados pela conquista de uma espécie de dignidade política? Dito de outra forma, motivados pela luta por reconhecimento de seus membros e do próprio movimento como grupo social que tem reivindicações e deseja dizer isso em alto e bom tom para a sociedade?

Axel Honneth (2005), Professor da Universidade de Frankfurt e diretor do Instituto de Pesquisa Social, utiliza G.H. Mead, pensador alemão cuja reflexão teórica traz elementos a respeito da luta por reconhecimento como referencial para explicar o desenvolvimento e crítica moral da sociedade quando reconhece como dignos os seus membros:

“Não é por acaso que Mead fala de “dignidade”, com a qual um sujeito se vê dotado no momento em que ele, pela concessão de direitos, é reconhecido como um membro da sociedade; pois com a expressão está implicitamente associada a afirmação sistemática de que corresponde à experiência de reconhecimento um modo de auto-relação prática, no qual o indivíduo pode estar seguro do valor social de sua identidade. O conceito geral que Mead escolhe para caracterizar uma tal consciência do próprio valor é do “auto-respeito”; ele refere-se à atitude positiva para consigo mesmo que um indivíduo pode adotar quando reconhecido pelos membros de sua coletividade como um determinado gênero de pessoa. Por sua vez, o grau de auto-respeito depende da medida em que são individualizadas as respectivas propriedades ou capacidades para as quais o sujeito encontra confirmação por parte de seus parceiros de interação (...)”. (Honneth, 2005, p.137).

A questão do reconhecimento parece ser central, quando se toma contato com as declarações que a pesquisa de campo deste trabalho evidencia. A degradação de uma situação discursiva ou dialógica (entendida como comunicação efetiva, não simplesmente uma audiência em alguma esfera governamental) pode ser exemplo de um tratamento que não se baseia em uma recepção institucional do dissenso, em pé de igualdade e na mesma medida para qualquer membro da sociedade. O não reconhecimento ou não validação de uma oportunidade de diálogo às vezes se manifesta em uma ação de exclusão de direitos, como salienta Honneth:

“A particularidade nas formas de desrespeito como as existentes na privação de direitos ou na exclusão social, não representa somente a limitação violenta da autonomia pessoal, mas também sua associação com o sentimento de não possuir o status de um parceiro da interação com igual valor, moralmente em pé de igualdade (...) se agora essa hierarquia social de valores se constitui de modo que ela degrada algumas formas de vida ou modos de crença, considerando-as de menor valor ou deficientes, ela tira dos outros sujeitos atingidos toda a possibilidade de atribuir um valor social às suas próprias capacidades.” (Honneth, 2003, pp.216-217)

2. A criação da paisagem

Segundo Azis Ab´Saber (2003) ao pensarmos em paisagem podemos associar a ideia de herança. Como ponto de partida, ao consultarmos o conceito de paisagem (Narvaes, 2012) encontraremos a definição como o conjunto de elementos percebidos por um observador, podendo ser classificada como natural ou modificada por atividade antrópica ou culturais, aquela criada ou modificada pelo ser humano. De uma ou de outra forma o que se observa carrega a ideia de herança. Herdamos uma paisagem com a qual interagimos, reconhecemos que esta paisagem é algo distinta daquela paisagem que nosso antepassados nos legaram, será distinta daquela que entregaremos às gerações futuras. Poderíamos ir além e utilizar associada a ela uma ecologia. Alguns autores definem a ecologia da paisagem como campo de estudo dos elementos da paisagem, sua distribuição e dos processos ecológicos que afetam os padrões que por sua vez se modificam ao longo do tempo (Forman & Godron 1986).

Estas heranças dizem respeito a processos geológicos, biológicos e culturais dos povos que atuaram em suas localidades e comunidades. Conforme Ab´Saber:

(..) as paisagens têm sempre o caráter de heranças de processos de atuação antiga, remodelados e modificados por processos de atuação recente” (Ab´Saber, 2003, p.9)

“Já se pode prever que entre os padrões para o reconhecimento do nível de desenvolvimento de um país devam figurar a capacidade do seu povo em termos de preservação de recursos, o nível de exigência e o zoneamento de atividades, assim como a própria busca de modelos para uma valorização e renovação corretas dos recursos naturais” (Ab´Saber, 2003, p.10)

Já a produção da paisagem nos processos de atuação mais recente e identificadas com o meio urbano e citadino ensinam o respeito á produção cultural e o debate sobre suas potencialidades para a produção do espaço.

“É fundamental respeitar as opções culturais dos cidadãos que historicamente se estabeleceram em determinados bairros da cidade, os quais defendem arduamente determinados estilos de vida”. (Campos Filho, 2003. p.142)

“As diferentes organizações dessas centralidades locais, conformando tipologias diferenciadas de tecido urbano, deverão ser debatidas para que o cidadão, com base nos conhecimento de suas peculiaridades e potencialidades, possa fazer uma opção consciente para o presente e futuro do seu bairro (..)”. (Campos Filho, 2003, p.142).

A urbanização acelerada e caótica acompanhada de um processo de aceleração da industrialização que se move daqui para lá com velocidades absurdas, motivadas pelas guerras fiscais aprofundaram problemas, criaram problemas novos. Assim as paisagens se modificam ou são pressionadas a se modificar. Embora haja espaços institucionais como as discussões públicas, audiências, conferências para discutir planos diretores e as expectativas quanto ao espaço ou cidades que queremos, existe uma retração da política real para acomodar a tomada de decisões com caráter mais democrático, como nos fala Santos (2001).

Quando o sistema político formado pelos governos e pelas empresas utiliza os sistemas técnicos contemporâneos e seu imaginário para produzir a atual globalização apontamos para formas de relações econômicas implacáveis, que não aceitam discussão e exigem obediência imediata, sem a qual os atores são expulsos da cena ou permanecem escravos de uma lógica indispensável ao funcionamento do sistema como um todo. (Santos, 2001. p.45).

Sejam as enormes áreas periféricas das áreas metropolitanas, ou os enclaves geográficos associados a grandes projetos de infraestrutura que alteram modos de vida, são espaços topofílicos cujos traços são construídos a partir da história de vida e da interação da pessoa com o lugar e permitem aprimoramento na análise de como o ser humano se inter-relaciona com o lugar habitado (Bachelard, 1974; Tuan, 1980). Ou seja, dentro do que nos propomos a discutir no artigo, a produção da paisagem, no sentido amplo como definimos anteriormente, seja no espaço mais rural ou citadino, pode ser produzida, planejada, discutida comparando cenários que são expressão passada ou futura ou vontade decorrente do presente de modos de vida e de histórias reais (Tress & Tress, 2013;) com multiplicidades e particularidades (Lang & Blaschke, 2009; Schama, 1996; Ingold, 2000), entendendo também o espaço urbano como ecossistemas heterogêneos que seguem determinados padrões e são explicados pelo uso passado do solo e pelo acúmulo de perturbações ambientais sofridas. (Franco, 2009; Krummel *et al*, 1987; Turner, 2005).

3. Hierarquização de saberes e de discursos na sociedade – produção do *não* como processo educativo.

Quando falamos ou tentamos falar alguma coisa sobre o saber, em geral utilizamos frases do tipo: sobre este assunto sei pouco, ou determinada pessoa sabe muito, ou pouco se sabe sobre tal assunto, ou então, isso já sabemos, não precisamos ficar repetindo. O aspecto da meritocracia entra em jogo e ocorrem hierarquizações que estão aninhadas à valorização de algum discurso em detrimento de outros. Ao dizer *não*, se confronta com aquilo que já existe no corpo social, no corpo institucional, administrativo, porém dizer *não* a algum poder instituído é a forma mínima de resistir (Lazzarato, 2006). Mas quem pode dizer *não*, de fato ao poder? Como o *não* é recebido e interpretado pelas estruturas instituídas? Existe uma ordem em qualquer discurso (Foucault, 2002). Se for implícita uma ordem do discurso haveria uma tradução da pergunta central: se há discordância, então qual é a proposta que produza os mesmos resultados que estou interessado, já de antemão tidos como necessários mesmo que os meios possam variar.

Do ponto de vista dos saberes tradicionais, empíricos, acumulados e transmitidos por gerações parece ser senso comum o reconhecimento de que o pescador, por exemplo, sabe e produz um discurso sobre o fazer e sobre o comportamento do rio e da pesca, pois observa o rio ao longo dos anos e seus antepassados contaram e relataram casos. As frases exemplificadas no início desta sessão são muito utilizadas, pois de uma maneira natural

existe o entendimento que a construção e disseminação do saber é processo em movimento, tem altos e baixos, modismos, acúmulos e esquecimentos.

Diante desta dinâmica incessante do conhecimento que acompanha a história humana, altera a percepção de cada um e das coletividades sobre o ambiente, a possibilidade de sair de um local de análise e se posicionar em outro ou ficar no meio do caminho, exercitar a alteridade são dificultosas. Conduzir-nos a outras geografias e paisagens moldadas pela cultura (Norton, 2006; Guimarães, 2002) para além de caricaturas geográficas que muitas vezes nos assediam, não é algo fácil, pois o saber em geral representa poder. Não que exista um problema intrínseco ao poder, pois em termos materiais e físicos para transformar precisamos de potência, o poder e o dever de fazer algo. O problema qualitativo aparece no monopólio do poder, no monopólio do saber. Surgem frases corriqueiras e diárias. Fiquem quietos os que não sabem nada, o recado está dado e o acervo de conhecimentos adquiridos fica em suspenso diante do alerta.

E há saberes que acabam sendo supervalorizados em relação a outros e aqui mencione-se o saber científico, que é um dos saberes tidos como derivados de uma tradição especialista do que pode ou não ser valorizado no acervo pessoal. Ciência ganha o epíteto de verdade - outra frase muito comum do nosso dia a dia: “o que estou falando é verdade há estudos científicos que comprovam isso...”. A dificuldade aumenta e fica trabalhoso no dia a dia ser contrário à chamada “verdade”, e mais complicado ainda fica quando o Estado também é porta voz da verdade. Ele que nos diz todo dia o que podemos ou não podemos fazer, pois existe uma verdade totalizante que o Estado representa (Clastres, 2003).

Faz todo um sentido pensar e discutir o saber na Educação Social entendendo que a sociedade não é homogênea, nem sempre obedece ao Estado, tem muitas tradições e os saberes devem ser olhados em perspectiva. Hoje sabemos algo, mas que pode ser abandonado pela experiência que o coloca à prova. Assim como também coloca à prova a ciência, em suas verdades provisórias. Sabemos que os cientistas produziram algumas verdades ao dizer que o Universo não girava e torno da Terra, um planeta entre bilhões de planetas, mas existia uma outra verdade, a verdade do Estado, Estado religioso que decidia que aquela outra vertente, fruto da inquietação do cientista curioso, nem sequer era verdade, mas sim mentira inconveniente. Galileo Galilei, humanista, astrônomo e grande cientista, retrocedeu em suas considerações públicas, pois tinha convicção que era impossível insistir naquele momento, mas outras gerações possivelmente levariam em consideração seus estudos e teorias.

Então uma ética educacional que se pretenda descolonizada e descolonizadora para pensar o saber tem que ser empírica, pois deve ser produzida e pensada para permitir que os indivíduos, educadores e como falamos em educação social seria melhor dizer pessoas reais do dia a dia, possam se colocar em vários pontos de vista, produzir seu ponto de vista, sua interpretação para além do Ponto de Vista do Estado: ou seja construir inclusive uma pergunta das mais sérias: qual é o ponto de vista sobre O ponto de vista? Está e uma questão importante e outras tantas? A Ética de um saber que se pretenda descolonizado ou que lute contra esta captura precisa permitir a cada instante, a cada ação empírica, prática individual ou coletiva que se identifique: quem é o colonizador? O Estado, O educador, a ideologia? O mercado? Quanto aceitamos individualmente ou coletivamente a colonização que nos impõem ou nos impomos? Um documentário muito bem elaborado chamado Janela da Alma (Janela, 2002) em que se propõe a troca das lentes que utilizamos para tentarmos a experiência de olhar diferente e sentir diferente. Caso não exercite a troca das lentes o indivíduo pode facilmente ser capturados por algumas verdades estranhas. Um exemplo:

Os cidadãos paulistanos insistem em chamar o Tietê, o Pinheiros e o Tamanduateí de Rios... mas aquilo não são rios, não tem cor de rio, não tem cheiro de rio, não tem consistência de rios e nem tem árvores nas margens e nem se parecem com as imagens do rio ideal. Muitas pessoas têm diferentes relações com diferentes rios: naqueles que se pesca, se passeia, se nada. Muitos dos que passam diariamente pelas marginais dos “rios” urbanos se acostumaram com o cheiro horrível, veem coisas estranhas ali presentes e chamam aquele curso de água poluída, densa, de rio. Trata-se de uma espécie de auto-colonização, pois aceita que o Estado diga que aquele é o rio possível da modernidade bem diferente do rio da tradição.

Por falar em tradição e colonização, é oportuna a lembrança de um mito indígena em que aparece o problema da captura de maneira sintética e simbólica. Neste mito o Índio se vê obrigado, por necessidade ou contingência, a entrar sozinho no mato e é interpelado em determinado momento pela onça. Na situação, se vê sozinho, desprovido de proteção dos seus parentes. O índio sozinho tem que decidir o que fazer com a interpelação. Se responder é capturado pela onça, pois se tornou um igual. O discurso oficial interroga os grupos críticos ou opositores com a seguinte pergunta: então o que se propõe no lugar? Eduardo Viveiros de Castro nos diz em entrevista: “A ideologia interpela a pessoa, obriga-a a responder. A pessoa, quando dá fé, já respondeu. Ouvir a pergunta é ter dado a resposta - a pergunta é uma resposta.” (Castro, 2008, p.237).

O Estado aparece, de certa maneira, como porta voz do fato consumado. O Estado no discurso oficial valoriza a existência de pontos de vista. Mas existe O ponto de vista encarnado pelo Estado, pois só pode existir um Estado e ele tem seus códigos, regras, conceito de Educação e estabelece permissões oficiais de como educar. Aquele sujeito que tentar fugir deste abraço do Ponto de vista deverá ser capturado, convencido, desestimulado. O Estado quer ser universal, a educação oficial quer ser universal.

As interpelações pretensamente universais, sempre impregnadas de ideologia, não obstante a existência de uma ordem discursiva, não contém em si a capacidade de inibir contradições e resíduos de um embate dialético. De outro lado exhibe-se a compreensão e interpretação da realidade social pelas comunidades ameaçadas, insatisfeitas, normalmente do mundo rural ou do mundo indígena e das populações tradicionais. O espaço da subversão, que dá origem eventualmente ao *não*, exhibe uma compreensão local que é importante. José de Souza Martins menciona a dificuldade e necessidade das ciências humanas em entender as adversidades do diálogo entre o senso comum e o conhecimento científico. As adversidades decorrem das distinções entre o espaço concebido, mais próximo das técnicas e objetos científicos e o saber do espaço do vivido, mais ligado ao mundo rural das comunidades tradicionais onde se manifesta tradições e maior perenidade da cultura. Martins comenta ser importantíssimo uma coalizão dos resíduos, que surge ou podem ser identificada no entendimento dos confrontos desses espaços. Segundo Martins o que falta na sociedade é uma mediação para aproveitá-los e cita como exemplo os partidos políticos que não conseguem isso e os governos e estados que também não.

Os movimentos de resistência são como indivíduos interpelados, pois de certa forma estão sendo colocados face a face com possibilidade de captura pela ordem do discurso, já que muito poderosa em recursos políticos, complexidade e estruturada socialmente. O espaço de subversão, o dizer não frente a uma ordem do discurso é um ato educativo e diante de uma estrutura social que ordena discursos é um ato de educação social.

4. A apropriação ou aproximação do conhecimento técnico como forma de reconhecimento.

A necessidade do reconhecimento público e institucional das próprias entidades e de grupos ou movimentos sociais com variados graus de organização, e que se posicionam a favor ou contra algum projeto, é algo relevante do ponto de vista da construção de identidades e posicionamentos diante de um tema. Uma espécie de amálgama da coalizão de resíduos como foi dito anteriormente por Martins. Retomamos aqui a ideia de que, a partir deste amálgama, surjam possibilidades e necessidades de que a diversidade de posicionamentos seja constituinte e protagonista nos processos de decisão (Hernandez, 2006, 2011; Magalhães & Hernandez, 2009, 2011). Este aspecto é notável, por exemplo, no Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Trata-se de um movimento social organizado nacionalmente. Originou-se em comissões regionais de atingidos por barragens (no início dos anos 1980) e gradativamente criaram uma articulação nacional cujos espaços nacionais de deliberação eram congressuais, organizavam plenárias e compunham uma coordenação nacional. Em 1991 foi criado o MAB no 1º Congresso Nacional dos Atingidos por Barragens. Trata-se de movimento claramente de base camponesa, uma organização que apresenta propostas e formulações para o setor elétrico, acompanha as discussões gerais sobre o setor e acaba sendo um exemplo de força social viva que poderia ser exemplificado como grupo social que exercita a contestabilidade pública sobre aspectos da política energética. O movimento além de lutar por indenizações, reparações e re-assentamentos dos trabalhadores rurais que perdem as terras, pro-

cura produzir alertas sobre danos sociais e ambientais relativos a empreendimentos hidrelétricos. Propõe em seus documentos a diversificação da matriz energética, planejamento específico para localidades isoladas e seus usos finais e se envolvem nas discussões sobre tarifas e política energética. Buscam dados e apoio técnico de pesquisadores junto a universidades, se posicionam quanto à política de tarifas e estabelecem comparações sobre o regime de tarifas mundiais discutem conceitualmente a importância estratégica da energia e características do atual modelo energético internacionalizados. Comentamos isto, pois é um movimento social que tem buscado o entendimento do discurso e vocabulário mais técnico e tenta influenciar a opinião pública e assim se torna reconhecido.



A proposição da Plataforma Operária Camponesa de Energia explora aspectos da importância estratégica da energia características do atual modelo energético brasileiro influenciado pela grande indústria elétrica mundial e financeira.

A consideração dos recursos naturais e aqui, rios, terras ribeirinhas, águas e, derivados deles, os recursos energéticos sob uma perspectiva social, já que a discussão se amplia para além daquelas dos circuitos econômicos e dos especialistas, e acaba sendo tributária de um processo mais transversal e amplo de discussão, com metodologias estabelecidas. Entendendo-se a educação ambiental como um processo de entendimento de conceitos, reconhecimento de valores que inter-relacionam a humanidade as culturas e o meio biofísico (o salto qualitativo se estabelece quando indivíduos participantes dos cursos, congressos, encontros, atividades militantes, individualmente e coletivamente possam compreender as complexas relações entre conversão energética e desdobramentos sócio ambientais, ou dizendo de outra maneira, os sistemas sociais e naturais, os sistemas sócio-técnicos e as escolhas técnicas, econômica e decisões políticas).

4.1 A relação do Painel de Especialistas, movimentos sociais e ribeirinhos

Outro exemplo mais recente foi a formação do Painel de Especialistas. Trata-se de uma experiência de relação

entre movimentos sociais, grupos de ribeirinhos alinhados em propósito de defesa e entendimento de ameaças à região do baixo Xingu em função da implementação de uma mega-obra de infraestrutura, a usina hidrelétrica de Belo Monte. Do grupo participaram 26 pesquisadores que formularam pareceres e textos de apoio e 14 outros colaboradores. No total 40 especialistas compuseram o grupo que trocou informações e produziu reflexões sobre o licenciamento ambiental da citada usina hidrelétrica. O corpo de pesquisadores era ligado a várias universidades brasileiras e a algumas estrangeiras, e nele trabalharam antropólogos, sociólogos, biólogos, engenheiros elétricos e mecânicos, economistas geógrafos, especialistas em energia, ecólogos, ictiólogos, hidrólogos, etnólogos, zoólogos, cientistas políticos e pesquisadores da área de saúde pública e da assistência social (Hernandez & Magalhães, 2011).

Sua formação foi resultado de uma rearticulação de forças em torno do Movimento Xingu Vivo para Sempre (MXVPS). Foi estimulada pelo encontro dos Povos Indígenas em Altamira (PA), ocorrido em maio de 2008 e que teve desdobramentos posteriores em reuniões de discussão em localidades ribeirinhas e na região rural dos travessões da Transamazônica, em novembro de 2008: nas localidades da Vila da Ressaca (município de Senador José Porfírio) e na comunidade São Francisco das Chagas (município de Vitória do Xingu). Estas atividades nas localidades foram decisivas para um estreitamento de compromissos entre grupos pesquisadores, comunidades locais e lideranças de movimentos sociais locais, nacionais e globais. Estas reuniões se estenderam por todo o ano de 2009 e perduram sob diversas formas, tempos e lugares e nelas ocorreram e ocorrem discussões coletivas sobre potenciais consequências ambientais e sociais relacionadas com as várias fases de construção da usina hidrelétrica e consequências específicas sobre a alteração do modo de vida das populações.



Algumas condições se acumularam e se verificaram na formação deste painel, o que permitiu um diálogo mais ou menos direto entre a comunidade científica, disposta a participar de uma análise crítica do volumoso Estudo de Impacto Ambiental da usina Hidrelétrica de Belo Monte, estado do Pará, Brasil, ativistas, lideranças de movimentos locais de ribeirinhos, agricultores, indígenas e lideranças religiosas e de movimentos sociais do sudeste do Pará. Uma conjunção de fatores e recursos políticos se estabeleceu em defesa do rio Xingu sem barragens. O Painel teve produções analíticas materializadas em intervenções públicas, produção de pareceres, divulgação de resultados, circulação de informação e atividade militante, politicamente evidenciada na cena pública interessada no debate amplo que envolve os procedimentos de licenciamento ambiental, grandes projetos de infraestrutura, defesa dos rios e dos direitos das populações tradicionais. A atividade dos painelistas foi essencialmente de caráter voluntário. Contou com o apoio da FASE (Federação de Órgãos Assistenciais), da Rede de Justiça Ambiental, da Coalizão Rios Vivos e teve articulação, posteriormente, a partir das audiências públicas em Altamira, com a plataforma DHESCA – (Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais), uma articulação de 34 organizações e redes nacionais de direitos humanos. A existência de pré-disposição histórica dos movimentos sociais, organizações não governamentais e de grupos de pesquisadores envolvidos com a problemática das consequências ambientais e sociais dos empreendimentos hidrelétricos na Amazônia e particularmente no rio Xingu, favoreceu a composição e as atividades do grupo. Desdobraram-se análises, ações, acompanhamentos, cartas públicas, relato de violação de direitos humanos (Lisboa e Zagal, 2010), debates sobre o processo de tomada de decisão que, em geral, tem desfecho favorável, submisso ao governante e ao monopólio das elites técnicas e econômicas. Colocam-se em pauta, por certo, possibilidades de confrontação, seja entre saberes das elites científicas, seja entre estes e outros saberes, seja entre poder dos governantes e poderes da sociedade, seja entre risco e incerteza, e história e futuro. Enfim, colocando em pauta os mecanismos para construção de um espaço público de confrontação do qual fazem parte, por exemplo, especialistas, leigos, políticos, índios, ribeirinhos, agricultores, empresários e comerciantes.

Conclusões: em síntese

Em ambas as experiências citadas (que são contínuas) estão envolvidos processos de decisão relativos a obras de infraestrutura, que se caracterizam como estruturas de acumulação em si, colocam em evidência e provocam a discussão sobre as condições nas quais as sociedades democráticas enfrentam pelo menos quatro desafios interligados: o primeiro diz respeito à utilização das ciências e das técnicas e da interrelação entre ciência e poder – experts e governo; o segundo diz respeito à redefinição e/ou construção de um espaço público, constituído não apenas de técnicos, mas também de homens e mulheres; grupos sociais, comunidades e povos com histórias e conhecimentos diversos; o terceiro de confrontar-se com o aparato legal que rege a tomada de decisão; e, por último, especialmente no caso brasileiro, o desafio de se interrogar sobre a fidelidade dos governantes aos princípios democráticos e os mecanismos que a sociedade dispõe de fiscalização e controle. Além destes desafios claramente colocados na confrontação e exercício de poder, aparece no fundo a percepção ambiental dos vários grupos, transformações e manutenções de paisagens e modos de vida. Nestes processos de manutenção ou alteração do espaço vivido, aparece a confrontação de saberes, alinhamentos identitários e a busca por conhecimentos em torno valores culturais, tradicionais e memoriais e de direitos de pertencer por memória ou tradição a espaços geográficos-culturais de antepassados e de gerações futuras.

Ambas experiências mencionadas se mostram como movimentos que se servem da tradição, da empiria diante da natureza transformada e diante da tentativa oficial de desvalorizar a memória ancestral das gentes ao longo do território, e em cada espaço específico (projeto) ao longo de rios física e culturalmente muito extensos (entendidos aqui de maneira ampla... com cheiro, com cor e com a mata que os protegem, com gente que testemunhou a chegada de vários ciclos que traziam a verdade oficial do progresso, como o ciclo da borracha, o ciclo da abertura das estradas e nos últimos 50 – 60 anos o assédio oficial socialmente construído e também comprado de mais um conjunto de promessas, o surto ou ciclo das hidrelétricas.

Para ler e reconhecer o mundo há que prever e estimular a possibilidade de mudar de ideia. Se não há o interesse de que a Educação Social diga o que tem que ser feito,

mas sim trabalhar e contribuir por meio de processos permanentes e participativos, a questão da memória associada à transmissão da cultura empírica e tradicional tem que se valer dos registros e multiplicação de experiências. Que se expressem publicamente e que contribuam para o reconhecimento de direitos e culturas e que possam permitir o avanço dos próprios saberes. As pedagogias e educação ambiental são ações do nosso tempo, contemporâneas, se formos pensar em termos da criação como conceitos (Heras, 1997, p. 270-280), mas também do passado e futuro se as pensarmos como possibilidades teórico-práticas de intervenção ativa e contextualizada nas realidades educativas.

Se entendemos que ao esforço de educação e pedagogia ambiental se conectam com a educação social nos locais e termas onde aparecem contradições, conflitos, expectativas não cumpridas do mundo moderno, os dois relatos mencionados mostram algumas características metodológicas interessantes e que são tributárias do par interligado Educação Ambiental-Educação Social: a interdisciplinaridade, pois propicia processos de conhecimentos e acúmulos de saberes integrados (empíricos, tradicionais e científicos); a acomodação de pessoas especialistas, sejam acadêmicos (científicos) ou não, pois o caráter especialista se conforma pelo conhecimento sobre o objeto, pauta ou problema enfrentado e que tomado de maneira particular se globaliza na ampliação da reflexão; a luta pelo reconhecimento social de grupos que se depara com crise ou ameaça ambiental; o posicionamento da espécie humana como parte do ambiente, da paisagem, mas com grande capacidade (planetária inclusive) de manipular matéria e energia e transformar a paisagem e construir cenários para o futuro.

Referências

- Ab'Saber, A. (2003). *Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas*. São Paulo: Ateliê Editorial.
- Armour, A. (1988). Methodological problems in social impact monitoring. *Environ Impact Assess Rev*, 8, 249-265.
- Bachelard, G. (1974). *A poética do espaço*. São Paulo: Abril Cultural.
- Campos Filho, C. (2003). *Reinvente seu bairro: caminhos para você participar do planejamento de sua cidade*. São Paulo: Ed 34.
- Castro, E. (2008). Uma boa política é aquela que multiplica os possíveis. In R. Sztutman (Org.), *Encontrosanização* (p. 237). Rio de Janeiro: Beco do Azougue.
- Clastres, P. (2003). A sociedade contra o Estado. In *A sociedade contra o Estado: pesquisas de antropologia política* (pp. 207 – 234). São Paulo: Cosac Naify.
- Forman, R. & Godron, M. (1986). *Landscape ecology*. New York: John Wiley.
- Foucault, M. (2002). *A ordem do discurso*. São Paulo: Edições Loyola.
- Franco, M. (2001). *Planejamento Ambiental para a cidade sustentável*. São Paulo: Fapesp.
- Guimarães, S. (2002). Reflexões a respeito da paisagem vivida, toponímia e toponímia à luz dos estudos sobre experiência, percepção e interpretação ambiental. *Geosul*, 17(33).
- Heras, P. (1997). *Pedagogía Ambiental y Educación Social*. In A. Petrus (Coord.), *Pedagogía Social*. Barcelona: Editorial Ariel.
- Hernandez, F. (2006). *Aqueles que vivem nas margens, às margens da decisão: controvérsias sobre o uso dos rios e das terras ribeirinhas para geração hidrelétrica*. Dissertação de Mestrado apresentada à IF da Universidade de São Paulo.
- Hernandez, F. (2011). *Oferta de eletricidade e combustíveis: versões e subversões no problema energético brasileiro*. Tese de Doutorado apresentada à IF da Universidade de São Paulo.
- Hernandez, F. & Magalhães, S. (2011). Ciência, cientistas e democracia desfigurada: o caso Belo Monte. *Novos Cadernos NAEA*, 14(1), 79-96.
- Honneth, A. (2003). *Luta por Reconhecimento. A gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Ed. 34.
- Ingold, T. (2000). *The Perception of the Environment*. New, York, London: Routledge.
- Jardim, J. & Carvalho, N. (Dir.). (2002). *Janela da Alma* [DVD]. Rio de Janeiro: Copacabana Filmes
- Krummel, J., Gardner, R., Sugihara, G., O'Neill, R. & Coleman, P. (1987). Landscape patterns in a disturbed environment. *Oikos*, 48, 321-24.
- Lang, S. & Blaschke, T. (2009). *Análise de Paisagem com SIG*. São Paulo: Oficina de Textos.
- Lazzarato, M. (2006). *As Revoluções do Capitalismo*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira.
- Lisboa, M. & Zagallo, J. (2010). *Relatoria Nacional do Direito Humano ao Meio Ambiente. Relatório da Missão Xingu - violações de direitos humanos no Licenciamento da Usina Hidrelétrica de Belo Monte*. Plataforma DHESCA.
- Narvaes, P. (2012). *Dicionário Ilustrado do Meio E.*, (2ªed.). São Caetano do Sul, SP: Yends Editora.
- Norton, W. (2006). *Cultural Geography: environments, landscapes identities, inequalities*. Ontario: Oxford University Press.
- Santos, M. (2001). *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Editora Record.
- Schama, S. (1996). *Paisagem e Memória*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Tress, B. & Tress, G. (2003). Scenario visualisation for participatory landscape planning: a study from Denmark. *Landscape and Urban Planning*, 64, 161-178.
- Tuan, Yi-Fu. (1980). *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo: DIFEL.
- Turner, M. (2005) Landscape Ecology: What Is the State of the Science? *Annu. Rev. Ecol. Evol. Syst.*, 36, 319-44.